



# PLANO DE INTEGRIDADE

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMPR)

EDIÇÃO 1 | DEZ /2023

**GOVERNADOR DO ESTADO**

Carlos Massa Ratinho Junior

**CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**

Luciana Carla da Silva

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Hudson Leôncio Teixeira

**COMANDANTE-GERAL DA PMPR**

Coronel QOPM Jefferson Silva

**DIRETOR DE AUDITORIA, CONTROLE E GESTÃO DA CGE**

José Acacio Ferreira Junior

**COORDENADOR DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE DA CGE**

Paulo Aguiar Palacios

**EQUIPE TÉCNICA**

Major QOPM Wladimir Denkowski  
Agente de Compliance da Polícia Militar do Paraná (PMPR)

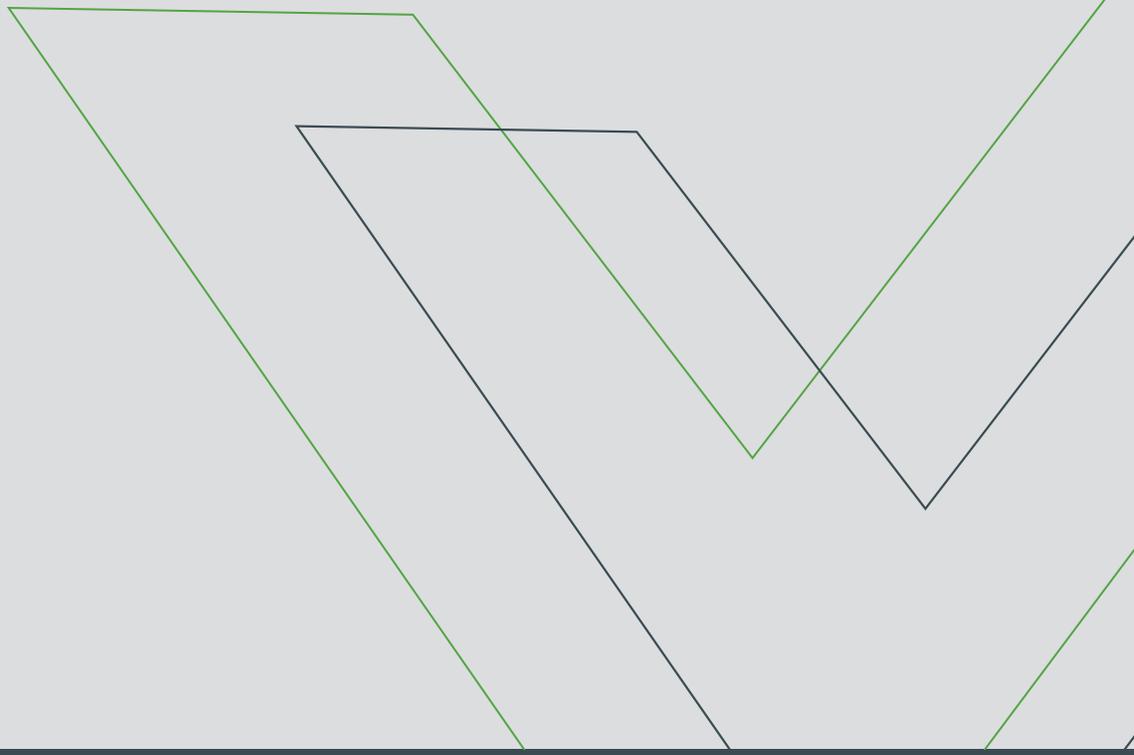
Levi Gomes de Lima Júnior  
Agente de Compliance do Instituto Água e Terra (IAT)



# PLANO DE INTEGRIDADE

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMPR)

EDIÇÃO 1 | DEZ/2023





# FAZER DIFERENTE PARA SER A DIFERENÇA

Servidores da população do Paraná,

O Poder Público **precisa se modernizar e coibir ao máximo a corrupção em suas ações**. Só desse jeito, reconquistaremos a confiabilidade da população e estancaremos sangrias na receita do Estado. Este Plano de Integridade, que idealizamos para nossa gestão, **pretende ser uma semente na mudança da cultura de tolerância com propinas e fraudes**.

O resultado do descaso com o dinheiro público, sabemos, é a falta de recursos para obras e atividades que ajudem os paranaenses a viverem melhor. **Estamos trabalhando para dar a você, servidor, meios e oportunidades para exercer suas funções com mais segurança**, no cumprimento de leis e de normas de conduta.

Resgatar dignidade do serviço público, muitas vezes comprometida por maus servidores, é uma das nossas metas **e nosso sinal de respeito a você**, que “faz a máquina rodar”. Pois, só dessa forma, garantiremos o atendimento que o paranaense merece e conseguiremos desenvolver o Paraná, **para assumir posições de protagonismo no cenário nacional**.

Conto com você!

CARLOS MASSA RATINHO JÚNIOR  
GOVERNADOR DO PARANÁ





# RUMO CERTO

Colega servidora e colega servidor,

Você faz parte de uma estrutura administrativa que só atenderá plenamente a sociedade se for sólida e coesa. **O papel do servidor público nessa construção contínua vai além de suas rotinas e cada um tem em si a responsabilidade de zelar pelo ambiente e trabalho íntegros e éticos.**

O empenho individual é fundamental para o Estado prestar serviço digno que a população merece. O **Plano de Integridade**, elaborado especificamente para cada órgão, traz em sua composição a colaboração dos servidores que identificaram riscos e vulnerabilidades à pretendida integridade dos processos e condutas.

Esse mapeamento fornece **estratégias e ferramentas para melhorar relações profissionais e o bem-estar no ambiente de trabalho**. O resultado global, a transformação de ideias em ação, só é alcançado pelo comprometimento individual. Porém, **você não está sozinho!**

A Controladoria-Geral do Estado coordena a implantação do **Plano de Atividade**, por meio dos Núcleos de Integridade e Compliance Setorial (NICS). Os núcleos, compostos por agentes de compliance, de transparência, de ouvidoria e de controle interno, são a sua referência nesse processo, assim como a própria CGE.

Lembre-se que nenhuma inteligência artificial é capaz, ainda, de **desenvolver valores humanos como empatia, probidade e ética**. São esses valores que estamos empenhados a consolidar na administração pública estadual. **Valores humanos que resultam em eficiência do Estado e confiança da população nos serviços prestados.**

Nossa união nos faz mais fortes na prevenção e combate à corrupção!  
**Conte conosco!**

LUCIANA CARLA DA SILVA  
CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ



<b>COMPLIANCE</b>	<b>10</b>
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	12
PILARES DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE	13
<b>MODELO DE TRÊS LINHAS</b>	<b>14</b>
<b>NÚCLEO DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE SETORIAL (NICS)</b>	<b>16</b>
<b>PLANO DE INTEGRIDADE</b>	<b>18</b>
<b>OBJETIVOS DO PLANO</b>	<b>19</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ÓRGÃO OU ENTIDADE</b>	<b>20</b>
ORGANOGRAMA	21
<b>PROPOSTAS PLANO DE GOVERNO</b>	<b>22</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS</b>	<b>24</b>
MATRIZ DE RISCOS IDENTIFICADOS NA PMPR PELA AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR	25
LISTA GERAL DE RISCOS	27
RISCOS TRABALHADOS AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR	54
<b>MONITORAMENTO, ATUALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO</b>	<b>60</b>
<b>INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA</b>	<b>61</b>
COMITÊ DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE DO ESTADO DO PARANÁ	62
<b>CANAIS DE COMUNICAÇÃO</b>	<b>63</b>
COORDENADORIA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE / CGE	63
NÚCLEO DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE	63
CANAIS DE DENÚNCIA - OUVIDORIA	63
DIRECIONAMENTO DE DÚVIDAS	64
<b>TERMO DE RECEBIMENTO</b>	<b>65</b>
<b>TERMO DE APROVAÇÃO</b>	<b>67</b>



# COMPLIANCE





## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O termo **compliance** significa ***estar em conformidade com as leis e regulamentos internos e externos da autarquia***. No entanto, o **compliance** vai além, buscando alcançar uma conduta ética e moral. É a transformação para uma cultura de integridade.

A busca pela integridade ***é composta por um conjunto de estruturas, mecanismos e ações*** que tem por objetivo fazer com que a atuação da organização, inclusive nas suas relações com seu público de interesse, fundamente-se ***na ética, na probidade e na transparência***.

***A ética traduz princípios universais, juízos de valor amarrados à distinção entre o bem e o mal, entre o certo e o errado.*** Cada ação nossa é resultado de uma escolha e cada escolha merece ser examinada, discutida e revista. Este é o sentido da ética, da liberdade e da vida em sociedade.

Dessa forma, a adoção de um Programa de Integridade e Compliance ***traz ferramentas eficazes para a construção de uma cultura ética e honesta.***



## COMPLIANCE

# PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

O Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública do Estado do Paraná foi instituído por meio da Lei nº 19.857/2019 e regulamentado pelo Decreto nº 2.902/2019 e visa à adoção de um conjunto de medidas, mecanismos e procedimentos internos, adotados pelo Estado do Paraná, de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta. Privilegiando, dessa forma, o valor da honestidade.

O Programa é implementado conforme o perfil do órgão ou entidade e as medidas protetivas nele estabelecidas serão empregadas de acordo com os riscos que lhe são inerentes.

### O PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL TEM POR OBJETIVO:

- ✓ Adotar princípios **éticos e normas de conduta** e certificar seu cumprimento;
- ✓ Estabelecer um conjunto de medidas conexas **visando à prevenção de possíveis desvios na entrega dos resultados** esperados pelos destinatários dos serviços públicos;
- ✓ **Fomentar a consciência e a cultura de controles internos** na busca contínua da conformidade de seus atos, da observância e cumprimento das normas e da transparência das políticas públicas e de seus resultados;
- ✓ **Aperfeiçoar a estrutura de governança pública**, criar e aprimorar a gestão de riscos e os controles da Administração Pública do Estado do Paraná;
- ✓ Fomentar a **inovação e a adoção de boas práticas** de gestão pública;
- ✓ Estimular o **comportamento íntegro e probo** dos agentes públicos e políticos;
- ✓ Proporcionar a **capacitação dos agentes públicos** no exercício de cargo, função ou emprego;
- ✓ **Estabelecer mecanismos** de comunicação, monitoramento, controle, avaliação e auditoria;
- ✓ Assegurar que sejam atendidos, pelas diversas áreas da organização, **os requerimentos e solicitações de órgãos reguladores e de controle.**



COMPLIANCE /  
**PILARES DO PROGRAMA  
DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE**

O Programa de Integridade e Compliance alicerça-se nos seguintes pilares, os quais definem a forma de como irá atuar:



Os mecanismos estabelecidos no Programa *visam proteger o órgão e a entidade*, bem como impor aos agentes públicos e políticos o compromisso com a ética, o respeito, a integridade e a eficiência na prestação do serviço público.



# MODELO DE TRÊS LINHAS

O Governo do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 17.745/2013, instituiu a Controladoria-Geral do Estado (CGE), vinculada diretamente ao Governador do Estado, com a finalidade de exercer o planejamento, a coordenação, o controle, a avaliação, a promoção, a formulação e a implementação de mecanismos e diretrizes de prevenção à corrupção no Poder Executivo Estadual, bem como de regulamentação e normatização dos sistemas de controle do Poder Executivo Estadual.

Para tanto, a metodologia utilizada para cumprir as competências institucionais abrange o modelo de Três Linhas (IIA, 2013)<sup>1</sup>, o qual consiste no conceito simples e eficaz de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle, por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais de cada divisão/departamento dentro da organização.



O MODELO DE TRÊS LINHAS COMPREENDE:

# 1ª LINHA



Executada de forma integrada pela direção e pelos servidores dos respectivos órgãos e entidades. É formada pelo conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações.

# 2ª LINHA



Executada pelo Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS) de cada órgão ou entidade, o qual, por meio de orientações recebidas da CGE, realiza a função de supervisão, monitoramento e assessoramento quanto aos aspectos relacionados aos riscos e aos controles internos do órgão ou entidade.

# 3ª LINHA



Executada pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), órgão central do Sistema Estadual de Controle do Poder Executivo Estadual, responsável pela atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria.



# NÚCLEO DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE SETORIAL (NICS)

Cada entidade ou órgão possui um *Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS)*, composto, no mínimo, por *um Agente de Compliance, um Agente de Controle Interno e um Agente de Transparência e Ouvidoria*. Esses agentes, com as determinações recebidas pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), devem disseminar a cultura de Integridade e Compliance, bem como dar suporte às outras áreas em assuntos relacionados.

As atribuições do NICS estão listadas no *Regulamento da Controladoria-Geral do Estado (Decreto Estadual nº 2.741/2019)*.





# COMPOSIÇÃO DO NIC DA PMPR

## AGENTE DE COMPLIANCE

Maj. QOPM Luiz Carlos Lemos Junior // lemosjr@pm.pr.gov.br

Servidor **responsável pela implementação do Programa**, em conjunto com os Agentes de Integridade e Compliance da CGE, do acompanhamento incessante dos pilares do Programa e da promoção do comportamento ético e íntegro em todas as ações da autarquia.

## AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Cap. QOPM Ricardo Diniz Bolwerk Lima // ricardo.lima@pm.pr.gov.br

Servidor **responsável pela avaliação e monitoramento dos controles internos da gestão**, com a finalidade de proporcionar razoável segurança de que os procedimentos administrativos estão sendo executados em conformidade com a legislação e boas práticas, mitigando a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos e a eficácia na disponibilização de bens e serviços.

## AGENTE DE OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA

Débora Ferreira // deboraf@pm.pr.gov.br

Servidor **encarregado da recepção, resposta e encaminhamento** das solicitações, críticas, sugestões, reclamações, denúncias e elogios, bem como atendimento às demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI) e alimentação do Portal da Transparência Institucional.

O Plano de Integridade e Compliance será elaborado e implementado pelos Núcleos de Integridade e Compliance, vinculados à Controladoria-Geral do Estado do Paraná - CGE, e alocados fisicamente nos órgãos e entidades.

Parágrafo único. A depender da complexidade de atribuições e dimensão da organização, poderá haver a designação de uma equipe técnica de suporte aos Núcleos previstos no caput deste artigo.

(Art. 8.o da Lei nº 19.857/2019)

***Dessa forma, o monitoramento do Plano de Integridade será realizado pelo NIC. Todo e qualquer procedimento, processo de controle e de boas práticas deve ser documentado pela instituição.***



# PLANO DE INTEGRIDADE

O Plano de Integridade é **documento oficial da entidade ou órgão que contempla os principais riscos da organização**, bem como as medidas de mitigação propostas aos riscos trabalhados e a indicação do responsável para mitigá-los. Serão trabalhados preferencialmente os riscos com maior graduação na matriz de riscos.

O presente Plano de Integridade foi elaborado pela **Coordenadoria de Compliance da Controladoria-Geral do Estado** com apoio da **Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS) da Polícia Militar do Paraná**, mediante análise dos registros recebidos por meio do canal da Ouvidora, das respostas dos formulários do Controle Interno, dos formulários depositados nas Urnas do Compliance e, por fim, pelas informações trazidas pelos servidores da **Polícia Militar do Paraná**, durante entrevistas realizadas no período **18 de abril a 8 de julho de 2022**.

Todos os servidores da **Polícia Militar do Paraná**, puderam apresentar sugestões para o aprimoramento das ações contidas no Plano de Integridade

Insta ressaltar que **todas as medidas de mitigação aqui propostas são recomendações que podem ser adotadas pela Instituição, visando à manutenção da ética e da integridade**. Cabe ao Comandante-Geral e ao responsável indicado pela mitigação de cada risco aplicar os esforços necessários visando extinguir o risco ou mantê-lo em níveis satisfatórios e controláveis, seja por meio das ações propostas ou de outras que julgar mais efetivas.



# OBJETIVOS DO PLANO

- ✓ **Apresentar** os principais riscos da organização, a partir de uma lista geral de riscos identificados;
- ✓ **Recomendar** medidas e preceitos de tratamento dos riscos críticos identificados a partir do resultado da mensuração da sua gravidade na matriz que relaciona sua probabilidade e impacto;
- ✓ **Auxiliar** a Autarquia na identificação, monitoramento e correção de eventos que possam impedir ou impactar o atingimento de seus objetivos, preservando seus valores institucionais a partir da análise de riscos;
- ✓ **Fortalecer** as instâncias de integridade e instituir mecanismos de gerenciamento de riscos, com vistas ao desenvolvimento de uma gestão capaz de lidar com incertezas e responder a eventos que representem risco ao atingimento dos objetivos organizacionais;
- ✓ **Buscar** o aumento da transparência pública, o combate à corrupção e a gestão eficiente e adequada de recursos públicos;
- ✓ **Implementar** mecanismos contínuos de monitoramento das atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, possibilitando a rápida detecção de riscos e de eventuais atos ilícitos.



# CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) foi criada pela Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854, com a denominação de Companhia de Força Policial. Com o fim do Estado Novo, no final da década de 1940, foi dado um novo direcionamento de emprego para a Polícia Militar, que passou a ser prioritariamente orientada para a proteção do cidadão. Naquele período foram diversificadas suas atividades operacionais e criados novos serviços especializados de policiamento e defesa civil.

Atualmente, a PMPR é órgão de execução programática da Secretaria de Estado da Segurança Pública e tem por missão constitucional a preservação da ordem pública e a polícia ostensiva. Para tanto, está estruturada em órgãos de direção, apoio e execução.

Os Órgãos de Direção realizam o comando e a administração da Corporação, competindo-lhes realizar o planejamento em geral e o acionamento, coordenação e controle dos órgãos de apoio e de execução.

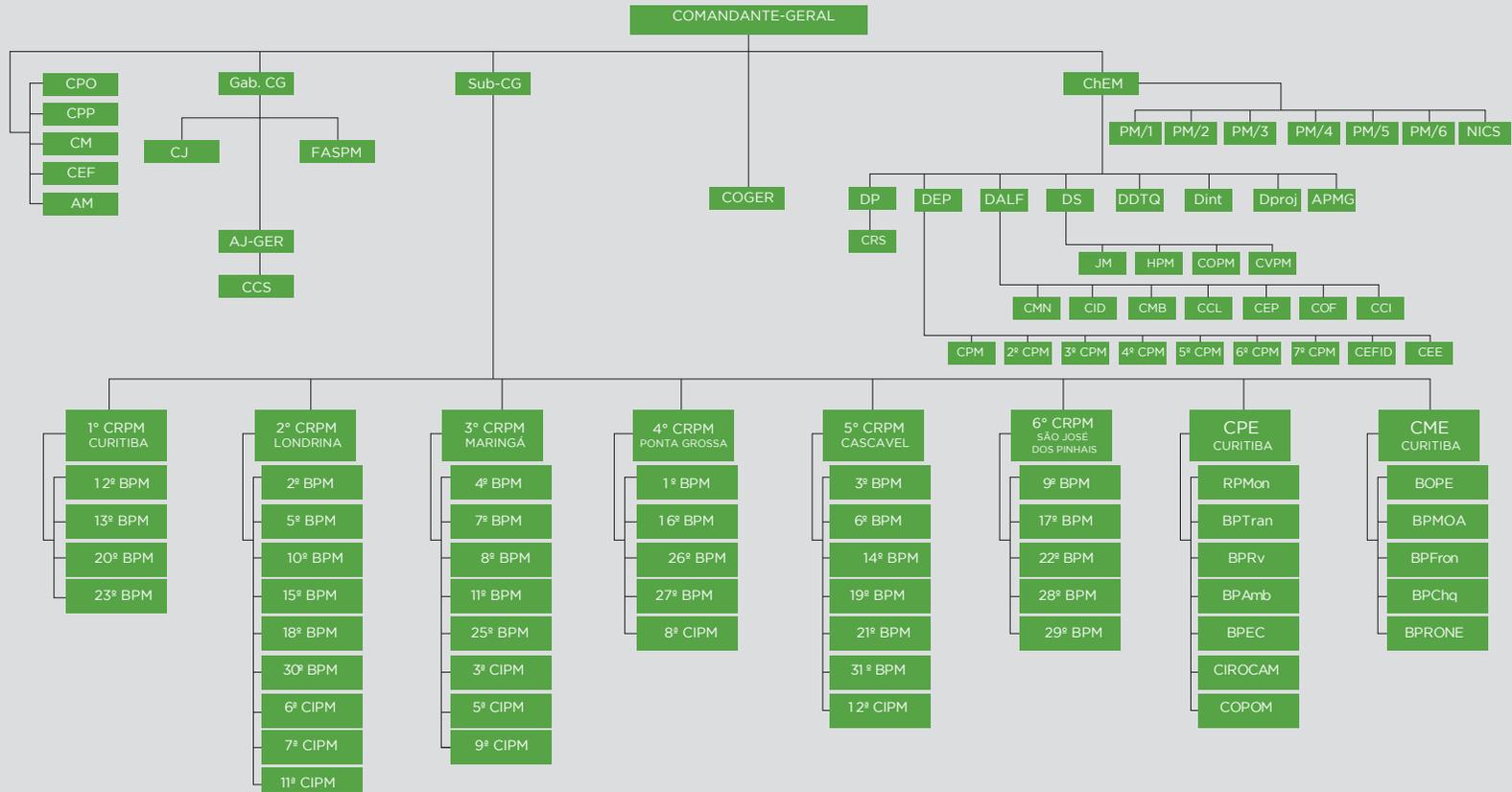
Os Órgãos de Apoio realizam a atividade-meio da Corporação, atendendo as necessidades de pessoal, de semoventes e de material de toda a PMPR, atuando em cumprimento das diretrizes e ordens dos Órgãos de Direção.

Os Órgãos de Execução são constituídos pelas unidades operacionais da Corporação e realizam a atividade-fim da PMPR, ou seja, cumprem a missão constitucional da Corporação. Para isso executam as diretrizes e ordens emanadas dos Órgãos de Direção e são apoiados, em suas necessidades, pelos Órgãos de Apoio.

A Lei Estadual nº 21.115, de 30 de junho de 2022, prevê um efetivo de 22.945 (vinte e dois mil, novecentos e quarenta e cinco) policiais militares, sendo que a PMPR conta atualmente com um efetivo de 16.345 (dezesesseis mil, trezentos e quarenta e cinco) militares estaduais. Deste total, pouco mais de 85% (oitenta e cinco por cento) são de policiais masculinos.



# ORGANOGRAMA





# PROPOSTAS

## PLANO DE GOVERNO

A questão da segurança pública, em face da amplitude do fenômeno da violência e criminalidade, exige urgentemente que o Estado prepare suas instituições policiais para se tornarem ágeis, versáteis e inovadoras, e possam dar respostas às demandas da população.

A Polícia Militar do Paraná precisa se adaptar e se antecipar às novas modalidades criminais que emergem neste mundo globalizado, com investimentos centrados numa polícia inteligente, em tecnologia e inovação e na constante valorização dos profissionais que atuam no enfrentamento e na contenção dos índices criminais. As novas políticas de segurança pública estão ancoradas em algumas premissas já adotadas ao longo dos últimos quatro anos, como integração das forças e valorização das carreiras. O objetivo é trabalhar também com centros especializados para atacar modalidades criminosas.

Haverá renovação permanente de veículos e efetivo nas forças de segurança com um sistema que estabelecerá a quantidade necessária de reposição média anual com base na população e nos indicativos criminais. Esse projeto objetiva, ainda, realizar concursos públicos e compras de forma mais frequente. Ocorrerão melhorias na qualidade técnica dos quadros funcionais e, conseqüentemente, das atividades administrativas e operacionais.

Uma das iniciativas será a criação de um Programa Estadual de Pagamento de Recompensas. Elas serão oferecidas aos denunciante pelo resultado positivo da apuração de denúncias. Um comitê estabelecerá a forma, o prazo e o valor. É um projeto que estimulará a população a ajudar na elucidação de crimes, atos de violência ou ameaça, localização de pessoas desaparecidas e identificação de bens móveis ou imóveis pertencentes a membros de organizações criminosas.

Para promover a transparência, será criada uma plataforma de estatísticas criminais com ferramenta Business Intelligence. A intenção é consolidar um espaço com dados e o mapa do crime em tempo real, ampliando a integração das informações que hoje ficam em arquivos isolados.



O Sistema Inteligente de Trânsito Seguro integrará dados periciais de acidentes de trânsito, uso de álcool/drogas, lesões traumáticas, causa mortis, recall de veículos e condições de vias públicas para produzir indicadores sobre trânsito.

O Projeto Ciências Forenses na Escola, que será implementado de maneira correlata aos programas já existentes, vai mapear os colégios estaduais para produção de indicadores sobre o uso de drogas por jovens, além de combater o tráfico. Fazer um diagnóstico situacional do uso de drogas no Estado e suas consequências, envolvendo desde a dependência até o tratamento, será outro grande desafio.

A desvinculação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) da PMPR, tem o objetivo de sintonizar o CBMPR às atuais lógicas nacional e internacional, desonerar a PMPR da gestão de recursos (humanos e materiais) e facultar a essa nova estrutura a decisão quanto à possibilidade de expansão dos serviços. Esse processo de desvinculação tem até final de 2023 para se encerrar e permitirá às instituições avanço significativo no desempenho de suas atribuições constitucionais.

Na Polícia Militar o objetivo será implantar um sistema de proteção social. A proposta visa a edição de uma lei estadual específica para regular essa dinâmica. Tem o intuito, ainda, de estabelecer novos parâmetros para remuneração, pensão militar e tempo de serviço para inatividade.

Outra solução de caráter permanente será a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de operação e gestão de call center emergencial, ativo e receptivo, para o Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM). Além da economia aos cofres públicos, a atuação de pessoal específico representa uma melhora considerável na prestação do serviço de atendimento de chamadas de emergência.



# IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS

Riscos *são fatores e possibilidades de ocorrência de um evento que impacte o cumprimento dos objetivos* da autarquia, inclusive a vulnerabilidade institucional que pode favorecer ou facilitar práticas de corrupção, fraudes, subornos, irregularidades e desvios éticos e de conduta.

*A identificação dos riscos é a oportunidade em que os agentes de compliance analisam as informações e identificam os riscos* aos quais a autarquia está vulnerável.

A fase de identificação dos riscos *é composta pelo tratamento das informações obtidas por meio dos seguintes canais:*

- I - atendimentos da Ouvidoria;*
- II - resposta aos quesitos do Controle Interno;*
- III - formulários recebidos que descrevam riscos;*
- IV - entrevistas realizadas com militares estaduais.*



## MATRIZ DE RISCOS IDENTIFICADOS NA PMPR PELA AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR

A matriz dos riscos identificados *é o produto do cruzamento no plano cartesiano dos eixos perpendiculares X (eixo das abscissas), como sendo o impacto e Y (eixo das ordenadas) como sendo a probabilidade.*

**Impacto:** consequência da materialização do risco no atingimento de um objetivo.

**Probabilidade:** chance do risco se materializar, ou seja, acontecer.

*Quanto maior a probabilidade* do risco identificado, *mais o ponto se afasta verticalmente* do vértice, enquanto que, quanto *maior o impacto atribuído* pelo gestor da pasta ao risco, *mais o ponto se afasta horizontalmente* do vértice.

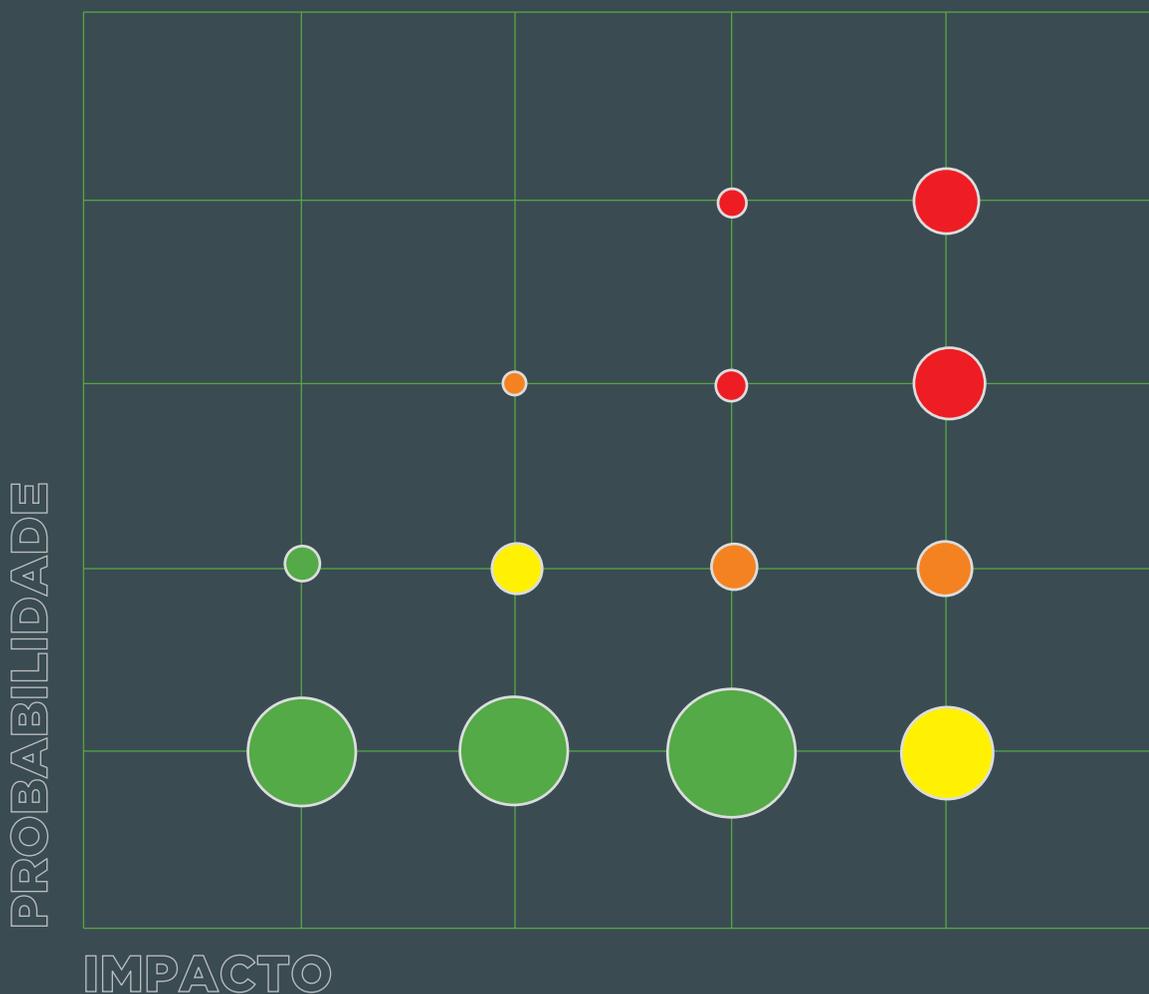
As cores verde, amarelo, laranja e vermelho *traduzem visualmente o produto do cruzamento dos eixos X e Y*, indicando a *prioridade de tratamento dos riscos identificados*, sendo verdes os riscos baixos, amarelos os riscos moderados, laranjas os altos e vermelhos os riscos críticos.

A matriz abaixo representa os riscos identificados na **POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ** considerando a probabilidade verificada e o impacto do risco atribuído pela autoridade máxima da autarquia.

*Serão trabalhados preferencialmente os riscos com maior graduação na matriz de riscos.*



# AVALIAÇÃO DOS RISCOS DA PMPR NA PERCEPÇÃO DO GESTOR



- RISCOS BAIXOS
- RISCOS MODERADOS
- RISCOS ALTOS
- RISCOS CRÍTICOS



# LISTA GERAL DE RISCOS

ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
1	Não atendimento da demanda de ocorrências pela falta de equipes a serem empregadas	Risco Crítico
2	Agravamento dos casos envolvendo perturbação do trabalho ou sossego alheios por falta de integração entre os órgãos públicos para resolver o problema	Risco Crítico
3	Desgaste à imagem da Instituição causado pelo cometimento de violência e abuso de poder durante a execução da atividade policial	Risco Moderado
4	Uso indevido da identidade funcional tendo em vista poucos itens de segurança do modelo atual, contrariando legislação federal	Risco Baixo
5	Descrédito dos Canais de ouvidoria em razão da utilização do sistema para realização de falsas denúncias em retaliação às ações de Comando	Risco Baixo
6	Desvios de conduta causados pela falta de mecanismos de controle adequados com a consequente sensação de impunidade	Risco Baixo
7	Dificuldade na seleção dos instrutores para os cursos da PMPR pelo baixo valor atribuído à hora aula na Instituição	Risco Crítico



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
8	Risco à imagem institucional em razão da exposição de possíveis excessos cometidos durante a execução da atividade-fim da Corporação	Risco Moderado
9	Aumento dos casos de alcoolismo e dependência química entre os policiais militares	Risco Moderado
10	Reprodução de uma subcultura de violência no trato com os subordinados e no atendimento à sociedade	Risco Moderado
11	Exclusão de militares estaduais pelo cometimento de crimes durante a execução da atividade-fim	Risco Baixo
12	Atraso no encaminhamento de processos pelo emprego constante do efetivo administrativo em escalas operacionais	Risco Baixo
13	Mau gasto dos recursos públicos, descontrole do estoque e dificuldade de planejamento de compra de materiais por falta de uso do GMS/Almoxarifado	Risco Baixo
14	Falta de atenção integral e dedicação ao trabalho desenvolvido na PMPR, em razão da participação na administração de empresas, em desacordo com a legislação vigente	Risco Baixo
15	Demora ou atraso na concessão de diárias por falta de conhecimento do processo	Risco Baixo
16	Questionamento de decisões administrativas relacionadas a inspeções de saúde ou perícias, em razão de desconformidade com a legislação existente	Risco Baixo
17	Acompanhamento inadequado da execução dos contratos, por falta de atualização dos gestores e fiscais	Risco Alto



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
18	Retrabalho, dificuldade no controle dos dados do efetivo, possibilidade de erros e de vazamento de dados em razão da falta de interoperabilidade dos diversos sistemas em uso na Corporação	Risco Moderado
19	Arquivamento e eliminação de documentos em desconformidade com a legislação	Risco Baixo
20	Falta de memória de reuniões estratégicas realizadas com a participação do Exmo. Sr. Comandante-Geral, ocasionada pela não elaboração das atas	Risco Baixo
21	Riscos de divulgação de dados pessoais sensíveis, vazamento de informações e extravio de documentos por falta de cuidado com a segurança no ambiente de trabalho	Risco Moderado
22	Desvalorização da carreira policial militar pela falta de adequação do requisito mínimo de escolaridade exigido para ingresso na Instituição	Risco Crítico
23	Redução da qualidade do serviço prestado e perda de profissionais qualificados para outras carreiras do Estado ou para a iniciativa privada causada por um sentimento de desvalorização dos profissionais da Polícia Militar	Risco Crítico
24	Desmotivação para o enfrentamento rigoroso à criminalidade e estresse causados pela eventual necessidade de arcar com os custos de defesa jurídica em processos gerados pelo cumprimento do dever funcional	Risco Crítico
25	Risco de erros operacionais ou morte do policial militar no cumprimento de escalas extenuantes que prejudicam o desempenho durante o turno	Risco Crítico
26	Falta de equipes para o atendimento de emergências por demora no encaminhamento das ocorrências nas Delegacias da Polícia Civil	Risco Crítico
27	Risco de acidentes ou de falta de viaturas para o atendimento de emergências pela falta de liberação dos recursos solicitados para a manutenção de veículos oficiais	Risco Crítico



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
28	Alto custo e baixa qualidade da prestação de serviços de manutenção de frota	Risco Crítico
29	Risco de morte de policiais militares e gestão inadequada de ocorrências por falta de comunicação efetiva via rádio	Risco Crítico
30	Risco elevado de acidente e morte em razão da equipe policial atender mais de um município	Risco Crítico
31	Aumento dos custos com tratamento de saúde do policial militar por lesões decorrentes do uso de equipamentos sem a ergonomia adequada	Risco Crítico
32	Risco à saúde do militar estadual pelo excesso de carga-horária de trabalho para o atendimento da demanda	Risco Crítico
33	Agravamento das lesões resultantes de intervenções policiais por falta de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo e munições de impacto controlado para utilização das equipes	Risco Crítico
34	Atraso nas demandas administrativas e operacionais pela falta ou pelo uso de equipamentos defasados	Risco Crítico
35	Risco de ingresso de pessoas não autorizadas nas Unidades Policiais Militares	Risco Crítico
36	Restrição excessiva no uso dos recursos do Fundo Rotativo para atender as demandas emergenciais das Unidades	Risco Crítico
37	Oficiais acumulando a chefia de diversos setores por falta de militares estaduais	Risco Crítico



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
38	Prejuízo à saúde e à integridade física dos militares estaduais por uso de instalações físicas inadequadas e com risco de acidentes	Risco Crítico
39	Perda de recursos pela depreciação dos veículos aptos a serem leiloados em razão da demora no processo	Risco Crítico
40	Afastamentos do trabalho diário causado por problemas de saúde que poderiam ser tratados de forma preventiva	Risco Crítico
41	Demora na confecção dos documentos operacionais, aumento dos custos e risco à segurança dos envolvidos em ocorrências, pela falta de implementação do Sistema de Atendimento e Despacho de Emergências (SADE) em algumas Unidades da PMPR	Risco Crítico
42	Risco de acidentes e mortes por utilização de viaturas inadequadas pelo tempo de uso no trabalho operacional	Risco Crítico
43	Gastos excessivos com manutenção, descarte prematuro de viaturas e risco de mortes pela aquisição de veículos impróprios para o uso policial	Risco Crítico
44	Risco de morte de policiais militares por impossibilidade de solicitar apoio via rádio quando em policiamento a pé ou em motocicletas	Risco Crítico
45	Risco de morte de policiais e de envolvidos em ocorrências em razão da necessidade de encaminhamento para outros municípios	Risco Crítico
46	Aumento dos casos de ansiedade, depressão e suicídio decorrente da falta de tratamento psicológico constante ou da substituição de profissionais, em razão das falhas verificadas no modelo de contrato adotado	Risco Crítico
47	Custos excessivos e falta de viaturas para o atendimento de emergências em razão do deslocamento para encaminhamento das ocorrências envolvendo crimes federais	Risco Crítico



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
48	Risco de resistência armada aumentado, com resultado morte, em razão da falta de arma longa para as equipes de radiopatrulha	Risco Crítico
49	Risco de lesão ou morte por falta de equipamentos de proteção individual ou pelo uso de equipamentos inadequados	Risco Crítico
50	Aumento do risco de lesões sérias por falta de equipamentos de proteção aos motociclistas	Risco Crítico
51	Demora no apoio e risco de morte aos policiais por dificuldades na localização das viaturas na área de atuação dos Batalhões em razão da falta de um sistema eficiente e sustentável de geolocalização	Risco Crítico
52	Falta de viaturas para o atendimento de emergências e aumento dos gastos com reparos ocasionada pela demora na execução dos serviços, mesmo para aqueles de baixo custo	Risco Crítico
53	Atraso ou falta de prestação de serviços causados pelo aumento dos casos de afastamento por estresse	Risco Crítico
54	Desestímulo à busca da graduação de sargento pela pouca diferença no valor do subsídio	Risco Crítico
55	Enfraquecimento dos valores defendidos pela Instituição em razão do excesso de interferências externas nos assuntos internos, como transferências, promoções e alterações em propostas de anteprojetos de lei ou minutas de decreto	Risco Crítico
56	Atraso ou não atendimento das atribuições da PMPR à população em razão da realização de escoltas e guarda de presos	Risco Crítico
57	Estresse causado pela insegurança em relação ao recebimento de vantagens pecuniárias devidas pelo Estado	Risco Crítico



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
58	Acúmulo de serviço dos policiais encarregados de Inquéritos e Sindicâncias decorrentes de denúncias infundadas feitas em audiências de custódia e desmotivação dos policiais acusados nestes procedimentos	Risco Crítico
59	Risco de morte aumentado em razão de incidentes envolvendo o armamento em uso na Corporação	Risco Alto
60	Demora ou não atendimento das emergências por falta de efetivo na atividade-fim em razão da criação de Unidades sem a criação de vagas, contratação e formação anterior do efetivo	Risco Crítico
61	Risco de danos ou demora no encaminhamento de veículos apreendidos ou envolvidos em acidentes por falta de empresas habilitadas pelo Detran ou DER para a prestação desse tipo de serviço, conforme determina a legislação	Risco Crítico
62	Risco de furtos e roubos de peças ou de veículos e de propagação de doenças nos pátios de veículos apreendidos existentes nas Unidades	Risco Crítico
63	Custos excessivos e perda de tempo com manutenção das viaturas próprias utilizadas ininterruptamente nas escalas de serviço em comparação com as viaturas locadas	Risco Alto
64	Risco de lesão no atendimento de emergências pelo uso de um fardamento inadequado e que não atende às necessidades operacionais	Risco Crítico
65	Risco de descontinuidade de alterações estruturais relacionadas ao modelo de teleatendimento centralizado de emergência pela apresentação de falhas no processo	Risco Alto
66	Má qualidade na prestação do serviço pelo emprego do efetivo em funções desalinhadas com suas aptidões profissionais e com os interesses da instituição	Risco Alto
67	Gastos com deslocamentos e afastamentos de policiais militares por dificuldades no atendimento à saúde na Corporação	Risco Alto



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
68	Prejuízo ao treinamento físico e técnico por falta de estruturas adequadas nas Unidades	Risco Moderado
69	Risco de aumento dos casos de desvio de conduta pelo ingresso de pessoas reprovadas na Investigação Social, mas que conseguem judicialmente uma decisão favorável	Risco Alto
70	Perda de atratividade pela carreira em razão das conseqüentes alterações legislativas prejudiciais aos direitos dos militares estaduais em face dos vários deveres que a atividade impõe	Risco Alto
71	Risco de aumento dos pedidos de reserva antecipada ou de exclusão da PMPR por falta de reconhecimento e de uma perspectiva de carreira adequada	Risco Alto
72	Precariedade das instalações policiais militares ocasionada pela demora excessiva no encaminhamento e aprovação dos projetos	Risco Alto
73	Demora na busca de arquivos e risco de perda de dados por falta de informações sobre a forma de incluir a Unidade nos servidores da Celepar	Risco Alto
74	Atraso na execução dos trabalhos operacional e administrativo por interrupção temporária do acesso à intranet e quedas constantes na rede de internet	Risco Alto
75	Redução das áreas para operações nas rodovias pelo risco à segurança em caso de aplicação de efetivo em locais sem comunicação	Risco Alto
76	Risco de resposta inadequada nos confrontos armados em razão da falta de armas longas para uso em ocorrências de maior gravidade	Risco Alto
77	Atraso das demandas administrativas pela utilização de processos ultrapassados e sem a definição clara dos fluxos	Risco Alto



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
78	Risco à segurança dos policiais militares que trabalham em imóveis precariamente adaptados para serem Unidades Policiais Militares	Risco Alto
79	Dificuldade de identificação das Unidades Policiais Militares pela população por falta de aplicação da identidade visual estabelecida	Risco Alto
80	Baixa efetividade nas políticas de prevenção adotadas com base em modelos prontos, que muitas vezes não se aplicam à realidade local, em virtude da falta de incentivo à pesquisa na Instituição	Risco Alto
81	Atendimento precário da comunidade que procura as Unidades Policiais Militares por falta de estrutura física adequada	Risco Alto
82	Aumento dos casos envolvendo problemas psicológicos pela sensação de injustiça nas transferências realizadas por falta de critérios transparentes que adotem os valores militares	Risco Alto
83	Agravamento dos problemas de gestão em razão de que as regras atuais de promoção na carreira estão desconectadas dos interesses institucionais	Risco Alto
84	Falta do preparo adequado para os graduados exercerem suas funções em virtude da falta de cursos de formação	Risco Moderado
85	Desincentivo ao fortalecimento de uma cultura voltada à criatividade e inovação na gestão das atividades, ocasionado pelo acúmulo de chefias e alta rotatividade nas diferentes funções	Risco Moderado
86	Deficiência no treinamento e dificuldades no desenvolvimento das atividades dos policiais militares por falta de estrutura física adequada nas Unidades	Risco Moderado
87	Má prestação de serviço à comunidade por aplicação de jornadas incompatíveis e desgastantes para o tipo de trabalho desempenhado	Risco Moderado



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
88	Aumento dos casos de estresse pelo excesso de carga-horária, ocasionada pela “voluntariedade” obrigatória do policial militar, no intuito de complementar a renda familiar nos horários que deveriam ser de descanso	Risco Moderado
89	Atraso ou interrupção dos serviços por falta de planejamento administrativo para a fruição das férias e licenças pelo efetivo	Risco Baixo
90	Risco de lesões crônicas pelo uso de equipamentos em excesso nos cintos de guarnição	Risco Moderado
91	Utilização de processos não homologados pela instituição para atendimento de emergências	Risco Moderado
92	Dificuldade na manutenção dos militares estaduais em determinadas Unidades em razão da oferta de escalas consideradas mais atrativas em outros locais	Risco Baixo
93	Má qualidade no atendimento de ocorrências pela desvalorização do trabalho e falta de investimento nas equipes de radiopatrulha	Risco Moderado
94	Faltas ao trabalho ocasionadas por baixas médicas relacionadas à obesidade, por falta de estrutura ou do não cumprimento dos horários destinados ao treinamento físico militar	Risco Moderado
95	Atraso ou falta de atendimento das demandas operacionais pela transferência de policiais militares para a execução de atividades-meio, que aumentaram em razão de mudanças na Lei de Promoção de Praças	Risco Baixo
96	Emprego de duas viaturas para atendimento de ocorrências, retrabalho e custo adicional ocasionado pela aquisição de viaturas sem as características exigidas para o emprego nas atividades policiais	Risco Baixo
97	Aumento do número de ações judiciais cobrando indenizações pecuniárias pelo desempenho de funções destinadas a postos/graduações superiores	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEÇÃO DO GESTOR
98	Falta de controle dos resultados operacionais pela escassez de equipamentos e pacote de dados fornecido pelo Estado para o desenvolvimento do trabalho operacional e administrativo	Risco Baixo
99	Perda de bons profissionais por falta de estruturação adequada da carreira dos praças	Risco Baixo
100	Atraso/não atendimento das demandas prioritárias de ocorrências pela dificuldade em fazer o repasse de ocorrências para os órgãos responsáveis originariamente	Risco Baixo
101	Falta de efetivo para trabalhar nas funções orgânicas tendo em vista a destinação de Oficiais e Praças para desempenharem funções em outros órgãos, que não estão previstas no Quadro Organizacional	Risco Baixo
102	Incapacidade para atender à demanda de ligações no telefone de emergências e gasto de recursos para atendimento de falsas comunicações de crime, por falta de mecanismos adequados para combate aos trotes	Risco Baixo
103	Prejuízo no desenvolvimento das atividades de campo pelo setor de inteligência em razão da falta de norma que permita o sigilo dos recursos utilizados para esse fim	Risco Baixo
104	Risco à vida de semoventes por falta de contratação de atendimento veterinário de emergência ou pela falta de esclarecimento da possibilidade de ressarcimento dos gastos	Risco Baixo
105	Demora no desenvolvimento dos trabalhos por atraso na entrega ou falta de recursos para obras na estrutura física das Unidades	Risco Baixo
106	Falta de padronização da apresentação da tropa em razão dos policiais terem de comprar seus equipamentos e fardamento	Risco Baixo
107	Acúmulo de serviço e aumento do estresse nos policiais militares ocasionado pelo afastamento temporário de parte do efetivo por problemas psicológicos	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
108	Falta de padronização da apresentação da tropa em razão da falta de regulamentação sobre uso de brevês e demais acessórios de identificação nos coletes táticos	Risco Baixo
109	Risco de acidentes e mortes por falta de manutenção preventiva nas viaturas	Risco Moderado
110	Risco de agravamento do quadro de saúde ou de infecção hospitalar dos militares estaduais que são atendidos no Hospital da Polícia Militar por falta de condições adequadas das instalações	Risco Moderado
111	Assédio sexual	Risco Moderado
112	Assédio moral	Risco Moderado
113	Desperdício de recursos públicos e possível responsabilização dos gestores pela aquisição de materiais desnecessários para o desempenho das atividades	Risco Moderado
114	Risco de incêndio ou panes constantes na rede elétrica por falta de capacidade para atender a demanda	Risco Baixo
115	Risco de lesão ou morte pelo uso de coletes balísticos vencidos ou inapropriados	Risco Moderado
116	Má prestação dos serviços à comunidade em consequência da redução da qualidade do ensino na instituição pela falta de instrutores capacitados para atender à demanda ocasionada pelos ingressos massivos	Risco Moderado
117	Falta de policiais militares para o desempenho da atividade-fim em razão da necessidade de utilização destes profissionais para desempenhar funções que poderiam ser terceirizadas	Risco Moderado



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
118	Impossibilidade de uso da arma longa por falta de habilitação	Risco Moderado
119	Falhas no atendimento de emergência por falta de padronização dos processos	Risco Baixo
120	Baixa qualidade na prestação do serviço pela falta de comprometimento do efetivo com os problemas na área da Unidade	Risco Baixo
121	Risco de responsabilização disciplinar ou penal pelo uso inadequado de informações sigilosas devido ao compartilhamento de senhas de acesso aos sistemas em uso na PMPR	Risco Baixo
122	Risco de extravio, furto ou desvio de materiais guardados em depósito pela falta de estrutura de segurança e controle nos locais de armazenamento	Risco Moderado
123	Emprego de recursos humanos escassos para realizar atividades que poderiam ser terceirizadas ou desempenhadas por policiais militares incapacitados para o serviço operacional	Risco Baixo
124	Recursos destinados a fins específicos não são utilizados por falta de projetos adequados	Risco Moderado
125	Falta ou atraso no atendimento à população ocasionado pela má distribuição dos recursos existentes	Risco Moderado
126	Insegurança durante as ações policiais por falta de conhecimento ou padronização dos procedimentos	Risco Moderado
127	Baixa efetividade das ações de combate ao crime, decorrente da falta de integração efetiva dos órgãos componentes do sistema de segurança pública e da necessidade de modernização da legislação penal	Risco Moderado



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
128	Redução da qualidade e eficácia das ações e operações policiais por falta de clareza e objetividade na transmissão da informação	Risco Baixo
129	Falha no planejamento e controle da aplicação operacional do efetivo nas subáreas por falta de conhecimento aprofundado sobre o funcionamento dos sistemas de informações em uso na PMPR	Risco Baixo
130	Preconceito em relação ao trabalho das mulheres na Polícia Militar	Risco Baixo
131	Aplicação de técnicas desatualizadas ou de procedimentos inadequados por falta de instrução continuada	Risco Baixo
132	Falhas no processo de atendimento do telefone de emergência por falta de estrutura adequada para monitoramento e controle do serviço prestado	Risco Baixo
133	Falta de confiança do militar estadual em realizar denúncias nos canais de Ouvidoria por não visualizar resposta efetiva nos processos	Risco Baixo
134	Atraso na entrega de processos/procedimentos disciplinares pelo acúmulo de casos destinados a cada Oficial/Graduado	Risco Baixo
135	Redução de interessados para trabalhar na atividade operacional	Risco Baixo
136	Perda de produtividade e celeridade nos processos e encaminhamento das demandas por falta de padronização e controle das atividades administrativas	Risco Baixo
137	Desperdício de recursos pelo alto índice de desistências e baixo aproveitamento técnico nos cursos lato sensu realizados na instituição, em razão da metodologia aplicada de priorização da rusticidade	Risco Baixo
138	Desperdício de recursos por falta de coordenação, monitoramento e controle	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEÇÃO DO GESTOR
139	Gasto excessivo de recursos pela falta de objetividade no planejamento operacional	Risco Baixo
140	Falhas no processo de controle operacional por falta de meios adequados para sua execução	Risco Baixo
141	Aumento no número de processos judiciais e administrativos relacionados à promoção de praças, causado por falha na análise dos pontos registrados nos quadros de acesso	Risco Baixo
142	Risco à segurança dos militares estaduais que são aplicados na atividade operacional sem a devida atualização profissional	Risco Baixo
143	Ações e operações com baixo resultado operacional em razão da falta de acesso a sistemas de informação	Risco Baixo
144	Prejuízo à qualidade dos serviços de análise de inteligência pela falta de equipamentos adequados	Risco Baixo
145	Risco de parcialidade nas investigações internas	Risco Baixo
146	Baixa qualidade dos serviços prestados pela permanência de militares com perfis indesejados para a instituição, considerando a complexidade da aplicação dos mecanismos para reprovação dos alunos considerados inaptos durante o período de formação	Risco Baixo
147	Risco à saúde dos militares estaduais pelo atendimento médico inadequado do SAS	Risco Baixo
148	Divergências e trabalho mal executado em razão de que na mesma escala existem policiais recebendo DEAEV e outros não recebendo	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
149	Risco de desperdício ou perda de materiais licitados por falha no processo de contratação	Risco Baixo
150	Prejuízo à imagem da Instituição pela solicitação de produtos ou serviço de limpeza das viaturas para o comércio local em razão da escassez dos meios para realizar a manutenção de primeiro escalão	Risco Baixo
151	Falha/atraso na execução das funções administrativas por falta de treinamento adequado	Risco Baixo
152	Exposição de dados pessoais sensíveis de envolvidos em ocorrências com violação do local de crime	Risco Baixo
153	Atraso nas demandas por acúmulo de funções no COPOM	Risco Baixo
154	Desperdício de recursos no desenvolvimento de sistemas e aplicativos fora dos padrões estabelecidos pela PMPR, vazamento de dados pessoais sensíveis e eventual indisponibilidade de dados em razão do armazenamento de bancos de dados em servidores locais	Risco Baixo
155	Promoção de militares que não atendem aos critérios de aptidão física	Risco Baixo
156	Baixo rendimento da aprendizagem por falta de meios auxiliares de ensino ou de materiais adequados	Risco Baixo
157	Má prestação de serviço à comunidade por utilização de policiais afastados da atividade operacional por transtornos mentais e comportamentais no atendimento telefônico de emergência	Risco Baixo
158	Prejuízo ao desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais por falta de instalações adequadas	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
159	Maior percentual de erros em Autos de Infração de Trânsito (AIT) feitos em formulários de papel quando comparados com os AIT feitos no aplicativo	Risco Baixo
160	Apresentação precária das viaturas devido à falta de local adequado para a realização de limpeza	Risco Baixo
161	Risco de atraso na entrega do fardamento utilizado para a Operação Verão	Risco Baixo
162	Falha na condução dos processos administrativos disciplinares por falta de treinamento prático aprofundado durante os cursos de formação	Risco Baixo
163	Dificuldade na busca de armas e drogas por falhas procedimentais para acionamento dos cães de faro	Risco Baixo
164	Desperdício de recursos pela falta de modernização nos procedimentos administrativos disciplinares	Risco Baixo
165	Risco à segurança dos policiais militares e dos semoventes por falta de viatura adequada para o transporte de cães policiais	Risco Baixo
166	Atraso ou baixa qualidade no atendimento de demandas da Polícia Militar no Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias em razão do acúmulo de reclamações por serviços não executados por outros órgãos	Risco Baixo
167	Falta de treinamento constante para os policiais que estão diretamente empregados na atividade-fim, por falta de divulgação ampla das oportunidades de cursos ofertados	Risco Baixo
168	Redução da efetividade dos serviços de inteligência pela identificação rápida da viatura utilizada pelas equipes da 2ª Seção	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
169	Falta de comprometimento com a instituição causada pela desvalorização das opiniões dos integrantes	Risco Baixo
170	Desmotivação do efetivo e diminuição da qualidade da prestação de serviço do BPEC pela falta de estrutura física adequada fora da capital do Estado	Risco Baixo
171	Desperdício de recursos e dispersão das informações sobre controle de material e estoque por falta de conhecimento e utilização dos sistemas próprios do Estado	Risco Baixo
172	Risco de prejuízos ao desenvolvimento das atividades-fim e meio da Corporação em virtude da cessão de policiais militares a outros órgãos	Risco Baixo
173	Prejuízos processuais por falta de estrutura para atender às exigências legais da cadeia de custódia	Risco Baixo
174	Risco de acometimento de depressão nos policiais militares que ingressam na reserva remunerada sem o devido preparo para essa nova fase	Risco Baixo
175	Demora no preenchimento do croqui de acidente de trânsito pela falta de uma ferramenta digital no BATEU para auxiliar a lavratura, bem como por falhas ocasionadas por instabilidade no sistema	Risco Baixo
176	Sentimento de injustiça pela distribuição desigual das cotas de Diárias Especiais por Atividade Extrajornada Voluntária - DEAEV	Risco Baixo
177	Risco à segurança dos militares estaduais pela utilização de embarcações inapropriadas para o serviço policial ou em más condições de manutenção	Risco Baixo
178	Suspeita de favorecimento pessoal pela subordinação direta entre familiares	Risco Moderado



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
179	Descumprimento de cláusulas dos Convênios com o BPAmb por falta de fiscalização ou conhecimento dos termos firmados	Risco Moderado
180	Aquisição de equipamentos ou materiais de baixa qualidade por falha na construção dos termos de referência	Risco Moderado
181	Falta de recursos para a realização de investimentos e custeio das atividades de policiamento ambiental em razão do encerramento dos convênios	Risco Baixo
182	Risco de responsabilização judicial e/ou administrativa por posse de substâncias entorpecentes para o treinamento de faro sem observância do trâmite legal necessário	Risco Baixo
183	Risco de dano à imagem institucional pelo aumento da probabilidade de erro nos tiros de precisão no atendimento de crises, pelo uso de equipamentos obsoletos	Risco Baixo
184	Risco de aprisionamento das viaturas no interior das Unidades Policiais Militares, por falta de saídas alternativas	Risco Baixo
185	Risco de monitoramento da rotina das Unidades Policiais Militares, executado por drones particulares, por falta de treinamento sobre os procedimentos que podem ser adotados para evitar esse tipo de conduta	Risco Baixo
186	Atraso ou erro na execução de procedimentos administrativos relacionados a dispensas e licenças por falta de definição clara dos processos	Risco Baixo
187	Risco à integridade física dos policiais militares empregados no serviço de inteligência pelo uso de vestimentas inadequadas	Risco Baixo
188	Risco de desinteresse no trabalho operacional pela diferença no tratamento das demandas relacionadas à alimentação durante o turno de serviço	Risco Baixo
189	Utilização de acessórios para cães de qualidade inferior e sem padronização em virtude de serem adquiridos com recursos privados	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEÇÃO DO GESTOR
190	Risco de atentado a policiais militares feridos em confronto armado, pois são atendidos no mesmo local que os criminosos	Risco Moderado
191	Risco de morte em razão de armazenamento de explosivos em local inadequado	Risco Moderado
192	Risco de morte de policiais militares que trabalham sozinhos no policiamento solidário, pela possível demora na chegada do apoio	Risco Moderado
193	Utilização de procedimentos operacionais inadequados por falha na comunicação dos protocolos estabelecidos pela Instituição	Risco Moderado
194	Aumento dos casos de desvio de conduta por impossibilidade de comunicação com o efetivo em determinados locais da faixa de fronteira	Risco Moderado
195	Aumento do risco de incidente de tiro pelo uso de munição em condições inapropriadas	Risco Moderado
196	Descontinuidade de projetos de segurança por problemas no processo licitatório	Risco Baixo
197	Risco de falhas em procedimentos investigatórios de crimes militares por falta de estrutura e definição clara dos processos em face da ampliação das competências da Polícia Judiciária Militar	Risco Baixo
198	Descumprimento de cláusulas contratuais ou de convênios por falta de fiscalização de possíveis desvios de conduta	Risco Baixo
199	Incoerência na elaboração de normas internas em razão do desconhecimento das atividades a serem regulamentadas	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
200	Desperdício de recursos com alimentação e treinamento de cães impróprios para o serviço policial	Risco Baixo
201	Risco aumentado de morte em situações de confronto armado pela inexistência de Kit de atendimento pré-hospitalar para utilização rápida	Risco Baixo
202	Risco de seleção de militares estaduais sem o perfil adequado para o trabalho a ser desenvolvido na Operação Verão por falta de definição de critérios objetivos	Risco Baixo
203	Interrupção dos serviços de policiamento ambiental em meio aquático por falta de recursos para manutenção das embarcações	Risco Baixo
204	Má apresentação das instalações da Unidade Policial Militar por falta de contratos para a prestação de serviço	Risco Baixo
205	Risco de colisão entre aeronaves por falta de espaço no hangar	Risco Baixo
206	Desperdício de recursos em operações em razão do planejamento central não verificar a necessidade real de cada área	Risco Moderado
207	Baixo resultado operacional e risco de confronto entre equipes policiais por falta de comunicação e integração entre os grupos dentro da PMPR	Risco Baixo
208	Risco de agravamento de doenças por demora na realização de exames ou agendamento de consultas pelo SAS	Risco Baixo
209	Exposição desnecessária das policiais femininas que compartilham as mesmas instalações destinadas aos policiais masculinos	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
210	Agravamento de lesões ao meio ambiente por falta de comunicação para o acionamento dos órgãos de apoio	Risco Baixo
211	Risco de demora ou erros na resolução de problemas relacionados a direitos dos policiais militares pela falta de conhecimento sobre a aplicação prática da legislação que trata de direitos específicos	Risco Baixo
212	Risco de acidentes e danos em viaturas inadequadas para utilização em área rural	Risco Baixo
213	Falhas administrativas causadas pela dificuldade na localização de normas internas em vigor na PMPR	Risco Baixo
214	Execução inadequada das funções de liderança por falta de experiência na atividade	Risco Baixo
215	Demora no atendimento de ocorrências pelo atraso no acionamento das viaturas da Patrulha Escolar	Risco Baixo
216	Falta de recursos para investimento em razão da impossibilidade do Batalhão de Polícia Ambiental receber recursos do SISNAMA	Risco Baixo
217	Perda da qualidade no atendimento à população por falta de capacitação específica para exercer determinadas funções	Risco Baixo
218	Baixo alcance das orientações e procedimentos determinados pelo Comando causado pela falta de utilização de vídeos explicativos no Ensino à Distância na PMPR	Risco Baixo
219	Desempenho insuficiente em cursos devido ao repasse de atividades administrativas ou operacionais para os policiais durante o período em que deveriam estar realizando a atividade de ensino online	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
220	Descontinuidade na execução dos serviços pela falta de antecedência na comunicação das transferências	Risco Baixo
221	Custos excessivos com deslocamento e diárias para encaminhar viaturas para revisão	Risco Baixo
222	Desgaste excessivo dos militares estaduais empregados na Radiopatrulha durante a Operação Verão, por alterações na escala de serviço	Risco Baixo
223	Risco de assédio moral imposto aos militares estaduais da Reserva que prestam serviços em colégios que não querem a sua transformação em Colégio Cívico Militar	Risco Baixo
224	Risco de falhas no programa de manutenção de aeronaves por sobrecarga de trabalho dos responsáveis	Risco Baixo
225	Prejuízo à imagem institucional pelo ingresso e permanência de pessoas nos quartelamentos com mandado de prisão em aberto	Risco Baixo
226	Clima organizacional de disputas internas gerado pela falta de integração no ambiente de trabalho	Risco Baixo
227	Risco de falhas procedimentais na realização de ações e operações de fronteira	Risco Baixo
228	Não atendimento de situações de emergência por problemas técnicos com o encaminhamento de chamadas ao telefone 190	Risco Baixo
229	Qualidade do ensino abaixo das expectativas nos novos Colégios da Polícia Militar, ocasionada pela inobservância do modelo de estruturação que deveria ser adotado	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
230	Desperdício de recursos por falta de coordenação, monitoramento e controle	Risco Baixo
231	Dificuldade de acesso às informações da Instituição pela impossibilidade de acessar a intranet fora do ambiente de trabalho sem a instalação de VPN	Risco Baixo
232	Condições insalubres de trabalho por falta de manutenção nos aparelhos de ar condicionado em determinadas regiões do Estado	Risco Baixo
233	Risco de prejuízos institucionais relativos a demandas judiciais ou influência política nas ações administrativas pela utilização de interpretação parcial ou descumprimento da legislação existente referente à reforma por invalidez	Risco Baixo
234	Estruturação de canis sem os meios necessários	Risco Baixo
235	Prejuízo ao desempenho das atividades laborativas ocasionada por perda auditiva nos policiais militares que trabalham no COPOM e na Banda de Música	Risco Baixo
236	Falta de cumprimento da legislação referente ao pagamento de diárias ao policial militar que trabalha fora de sua Sede	Risco Baixo
237	Demora no atendimento do telefone de emergência em virtude das ligações destinadas a outros órgãos serem encaminhadas para o 190 - telefone de emergências da PMPR	Risco Baixo
238	Risco de lesões por esforço repetitivo nos atendentes 190 e aumento da poluição sonora no ambiente de trabalho pela falta de Headphones	Risco Baixo
239	Dificuldade em desenvolver operações em locais afastados da Sede, por falta de pagamento de valor suficiente para custear a alimentação dos policiais empregados	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
240	Acúmulo de trabalho no atendimento do telefone de emergência por falta de atendentes	Risco Baixo
241	Atraso ou falta de atendimento de emergências por falta de efetivo em razão da implantação de atividades específicas nas Unidades sem o estudo da necessidade em cada região	Risco Baixo
242	Desperdício de recursos por falta de controle na emissão de cartões corporativos	Risco Baixo
243	Risco à integridade física por falta de cobrança ou definição clara do padrão de cabelo estabelecido para as policiais femininas	Risco Baixo
244	Desempenho limitado do policiamento hipomóvel ocasionado pela deficiência no fornecimento de ração aos semoventes	Risco Baixo
245	Sensação de injustiça nas punições administrativas aplicadas por falta de transparência no processo	Risco Baixo
246	Risco de falta de instrumentos para a Banda de Música por falta de recursos para a aquisição de materiais novos	Risco Baixo
247	Aplicação de regulamento disciplinar que não atende a necessidade atual da instituição	Risco Baixo
248	Risco à imagem da Instituição pela seleção inadequada de militares estaduais da reserva remunerada para atender demandas externas	Risco Baixo
249	Ostensividade no porte velado em razão da falta de armamento no tamanho adequado	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
250	Fornecimento de alimentação imprópria ao efetivo ocasionada pela estrutura inadequada do refeitório em algumas Unidades	Risco Baixo
251	Tolerância no recebimento de materiais em qualidade inferior à que foi adquirida por meio de licitação, por falta de um processo efetivo para punir fornecedores sem prejudicar o pessoal empenhado em serviço	Risco Baixo
252	Postagens inadequadas nas redes sociais oficiais por falta de informação clara sobre os critérios de avaliação das imagens ou notícias	Risco Baixo
253	Atraso no atendimento das demandas operacionais e administrativas ocasionado pela falta de controle efetivo nos afastamentos médicos de militares estaduais	Risco Baixo
254	Demora ou não atendimento da demanda por dificuldade de visualização de ocorrências prioritárias nos sistemas em uso na Corporação	Risco Baixo
255	Paralisação dos repasses de valores à PMPR decorrentes das transações pecuniárias nos Termos Circunstanciados de Infração Penal	Risco Baixo
256	Treinamento inadequado dos cães por falta de capacitação dos militares estaduais que se voluntariam para trabalhar nos canis	Risco Baixo
257	Risco de assédio moral às policiais femininas que são escaladas para trabalharem em locais que não possuem a estrutura adequada e necessitam de adaptações para recebê-las	Risco Baixo
258	Risco de lesão nos militares que trabalham no almoxarifado do HPM por falta de equipamentos para executar o trabalho	Risco Baixo
259	Interrupção dos serviços administrativos para a realização de oitivas por falta de sala reservada para estas atividades nas Unidades	Risco Baixo



ITEM	RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
260	Baixa qualidade dos materiais de divulgação das ações da PMPR nas mídias sociais por falta de software de edição adequado	Risco Baixo
261	Aplicação de militares de quadro especialista em atividades diversas em razão de transferências solicitadas pelo descontentamento gerado pelo tratamento desigual no processo de promoção dos integrantes da Banda de Música da PMPR	Risco Baixo
262	Risco de vinculação de nomes de instituições privadas com órgãos públicos sem o devido processo licitatório, em virtude de patrocínio a eventos nas Unidades	Risco Baixo
263	Uso de bens públicos para o atendimento de situações que podem ser consideradas de interesse individual	Risco Baixo
264	Risco de pagamento indevido de subsídio a candidatos que não tomaram posse nos referidos cargos	Risco Baixo
265	Tratamento desigual relacionado ao ingresso na Reserva Remunerada entre militares estaduais que trabalham do COPOM	Risco Baixo
266	Descarte de vacinas em boas condições por desconfiança no processo de armazenamento ou transporte	Risco Baixo



# **RISCOS TRABALHADOS**

## **AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR**

Serão trabalhados preferencialmente os riscos com maior graduação na matriz de riscos.

ITEM	RISCO	PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	AVALIAÇÃO DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
2	Agravamento dos casos envolvendo perturbação do trabalho ou sossego alheios por falta de integração entre os órgãos públicos para resolver o problema	Realizar uma apresentação do POP em questão aos órgãos envolvidos, como Ministério Público e Judiciário e, se necessário, readequar o documento ao entendimento desses órgãos. Promover ações que visem a integração dos órgãos públicos envolvidos de algum modo nessas ocorrências. Apresentar anteprojeto de lei que forneça à PMPR ferramentas adequadas para a resolução do problema sem a dependência excessiva de outros órgãos.	Risco Crítico
7	Dificuldade na seleção dos instrutores para os cursos da PMPR pelo baixo valor atribuído à hora aula na Instituição	Realizar um levantamento de valores pagos a título de hora-aula em Instituições Públicas de Ensino Superior e outras Forças de Segurança do Estado, propondo a adequação dos valores pagos na PMPR aos valores pagos nessas instituições. Definir critérios objetivos para a seleção dos instrutores na PMPR, valorizando o trabalho como docente na Instituição.	Risco Crítico
22	Desvalorização da carreira policial militar pela falta de adequação do requisito mínimo de escolaridade exigido para ingresso na Instituição	Realizar um estudo comparado sobre os impactos da alteração dos requisitos de ingresso nas instituições militares estaduais. Elaborar proposta de Anteprojeto de Lei para alterar o requisito de ingresso na PMPR, assim como outros requisitos necessários para a devida valorização da carreira com a contratação de profissionais que possuam o perfil desejado para a Instituição.	Risco Crítico
23	Redução da qualidade do serviço prestado e perda de profissionais qualificados para outras carreiras do Estado ou para a iniciativa privada causada por um sentimento de desvalorização dos profissionais da Polícia Militar	Elaborar e encaminhar proposta de adequação salarial na carreira policial militar ao Governo do Estado. Criar, difundir e garantir a aplicabilidade de um banco de talentos no âmbito da Instituição. Promover a valorização da formação específica dos militares estaduais, viabilizando a alocação em funções compatíveis com suas áreas de afinidade, aumentando a motivação e qualidade dos serviços prestados. Implementar na Instituição uma política de regularidade na disponibilização de cursos técnicos e operacionais, voltados às áreas de atuação policial militar. Realizar estudos para evidenciar meios para agregar pessoas, tornando a carreira policial militar atrativa para possíveis candidatos e vantajosa para os militares estaduais. Instituir políticas de valorização do efetivo, com a definição de um plano de carreira efetivo, com critérios de ascensão objetivos, técnicos e claros.	Risco Crítico
24	Desmotivação para o enfrentamento rigoroso à criminalidade e estresse causados pela eventual necessidade de arcar com os custos de defesa jurídica em processos gerados pelo cumprimento do dever funcional	Realizar estudos voltados à análise de viabilidade de implementação de núcleos de assistência jurídica no âmbito da Corporação para atendimento de demandas geradas a partir da execução da atividade policial. Realizar a análise de viabilidade de destinação de recursos para a contratação de serviços jurídicos para assistência aos militares que sejam demandados judicialmente em virtude de ato praticado no exercício da função policial. Compor Comissão Técnica para analisar, avaliar e propor meios para auxiliar os militares que sejam demandados judicialmente em virtude de ato praticado no exercício da atividade policial.	Risco Crítico



ITEM	RISCO	PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	AValiação DO RISCO NA PERCEÇÃO DO GESTOR
25	Risco de erros operacionais ou morte do policial militar no cumprimento de escalas extenuantes que prejudicam o desempenho durante o turno	Adequar as escalas do efetivo operacional, com base em critérios técnicos e humanos, de modo a garantir que o policial acumule condições de executar com qualidade e excelência as suas funções durante todo o turno de serviço. Adequar o intervalo entre jornadas às necessidades de descanso e folga, buscando preservar a saúde física e psicológica dos militares estaduais. Promover estudos, em observância às distintas realidades dentro das Unidades da Corporação, com o intuito de desenvolver modelos de escalas que sejam efetivas à atividade exercida pela Corporação e não sejam, por si só, fatores prejudiciais à saúde dos policiais militares.	Risco Crítico
26	Falta de equipes para o atendimento de emergências por demora no encaminhamento das ocorrências nas Delegacias da Polícia Civil	Realizar ações voltadas à integração da Polícia Militar com as Polícias Civil, Científica, Penal e Federal, de modo a uniformizar o entendimento sobre os casos mais corriqueiros. Direcionar o efetivo operacional sobre como agir em casos de flagrante omissão ou descaso por parte de agentes públicos durante procedimentos (entrega de preso, cumprimento de mandado de prisão, isolamento de local de crime, lavratura de auto de prisão em flagrante etc).	Risco Crítico
28	Alto custo e baixa qualidade da prestação de serviços de manutenção de frota	Realizar estudos sobre as opções mais viáveis para a manutenção da frota. Fomentar o desenvolvimento de uma cultura de controle efetivo na retirada de viaturas das oficinas. Incluir nas compras de viaturas os custos com manutenção preventiva programada.	Risco Crítico
29	Risco de morte de policiais militares e gestão inadequada de ocorrências por falta de comunicação efetiva via rádio	Realizar estudo para verificar a viabilidade de implementação de mais repetidoras de sinal nas áreas de atuação da PMPR. Realizar estudos sobre a viabilidade de intercomunicação entre mais de um canal simultaneamente e impactos da autorização para comunicação entre equipamentos de Unidades distintas. Aprimorar as instruções na Instituição que versem sobre radiocomunicação e possibilitar aos militares estaduais que esses tenham condições de explorar integralmente os recursos disponíveis nos rádios HTs em uso na Polícia Militar. Realizar estudos com o intuito de identificar as áreas não abrangidas pela cobertura do sistema de radiocomunicação em uso na Polícia Militar e propor melhorias e/ou alternativas a esse sistema nesses locais.	Risco Crítico
30	Risco elevado de acidente e morte em razão da equipe policial atender mais de um município	Realizar a distribuição lógica das equipes policiais, considerando-se critérios geográficos, logísticos, de análise criminal e disponibilidade de efetivo. Realizar a distribuição do efetivo buscando conciliar o atendimento à população e segurança dos militares, prevendo os riscos às equipes e possíveis medidas de mitigação antes da aplicação do policiamento. Realocar o efetivo da PMPR retomando a presença constante do policiamento nos municípios menores.	Risco Crítico
31	Aumento dos custos com tratamento de saúde do policial militar por lesões decorrentes do uso de equipamentos sem a ergonomia adequada	Realizar estudos e pesquisas sobre ergonomia com o efetivo administrativo da Corporação. Promover um levantamento de sedes da PMPR que precisam readequar o mobiliário e iniciar estudos de viabilidade para execução da substituição de móveis. Realizar a renovação e padronização do mobiliário corporativo.	Risco Crítico
32	Risco à saúde do militar estadual pelo excesso de carga-horária de trabalho para o atendimento da demanda	Implementar fluxogramas com desenhos bem definidos de atribuições funcionais e atualizar/aprimorar os já existentes, com vistas a otimizar a aplicação dos recursos humanos da Instituição, primando pela continuidade e ininterruptão de ações. Realizar estudos específicos com o escopo de avaliar a viabilidade de contratação de funcionários terceirizados, servidores civis e militares temporários para a execução de atividades-meio. Integrar todo o processo de atendimento e despacho de ocorrência ao SADE, conferindo maior fluidez ao serviço e eliminando o retrabalho. Propor a realização de novos concursos e aumento de vagas para os concursos ao Curso de Formação de Oficiais, de modo a adequar o efetivo à previsão legal, aos Quadros Organizacionais e às demandas administrativas e operacionais da Instituição.	Risco Crítico



ITEM	RISCO	PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	AValiação DO RISCO NA PERCEÇÃO DO GESTOR
33	Agravamento das lesões resultantes de intervenções policiais por falta de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo e munições de impacto controlado para utilização das equipes	Aprimorar o treinamento oferecido à tropa operacional sobre os Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo de uso individual e coletivo disponibilizados pela Corporação. Realizar estudos sobre necessidade x possibilidade de aquisição desses instrumentos, indicando especificidades, quantidade, distribuição, etc. Difusão da imprescindibilidade de manutenção, armazenamento e utilização adequados desses instrumentos.	Risco Crítico
34	Atraso nas demandas administrativas e operacionais pela falta ou pelo uso de equipamentos defasados	Realizar estudo para a indicação de equipamentos, hardware e software, que devem ser adquiridos, aprimorados ou reparados para garantir a fluidez da rede lógica no âmbito da PMPR e consequente captação ou direcionamento de recursos para a execução, total ou parcial, das medidas apontadas pelo estudo. Elaborar listagem com a indicação de equipamentos e acessórios prioritários e buscar adquirir tais itens, de acordo com a disponibilidade de recursos.	Risco Crítico
36	Restrição excessiva no uso dos recursos do Fundo Rotativo para atender as demandas emergenciais das Unidades	Revisar e aprimorar as normas internas atinentes a fundo rotativo, garantindo o acatamento à legislação e aumento da fluidez à execução. Aprimorar os mecanismos de execução dos recursos do fundo rotativo e fiscalização de processos.	Risco Crítico
37	Oficiais acumulando a chefia de diversos setores por falta de militares estaduais	Propor o aumento do número de vagas disponibilizadas aos concursos destinados ao Curso de Formação de Oficiais, buscando adequar o efetivo de oficiais aos Quadros Organizacionais da Instituição. Realizar estudos específicos com o escopo de avaliar a viabilidade de contratação de militares temporários para a execução de atividades-meio, para exercício de funções de assessoramento e técnicas., Reavaliar as funções existentes no Quadro Organizacional de acordo com a demanda atual.	Risco Crítico
38	Prejuízo à saúde e à integridade física dos militares estaduais por uso de instalações físicas inadequadas e com risco de acidentes	Realizar vistorias com o intuito de indicar as melhorias estruturais necessárias com a respectiva indicação de estimativa de custos para a execução das obras apontadas. Compor Comissões no âmbito dos Comandos Intermediários para, em parceria com a seção responsável da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, apresentar alternativas à superação das condições insalubres apresentadas em edificações utilizadas pela PMPR. Priorizar obras em estruturas que apresentem riscos diretos à integridade dos militares estaduais e civis expostos às edificações.	Risco Crítico
39	Perda de recursos pela depreciação dos veículos aptos a serem leiloados em razão da demora no processo	Realizar, no âmbito dos CRPMs, levantamento do quantitativo de viaturas policiais militares inaptas à atividade fim e destinar à DALF relatório com base nesses dados para que se adotem as gestões necessárias à viabilização de leilões desses veículos. Providenciar, consideradas as limitações logísticas e de pessoal, local adequado para armazenagem das viaturas. Revisitar o desenho do processo de leilões na Instituição e verificar se existe a necessidade de adequação ou atualização do fluxo.	Risco Crítico
41	Demora na confecção dos documentos operacionais, aumento dos custos e risco à segurança dos envolvidos em ocorrências, pela falta de implementação do Sistema de Atendimento e Despacho de Emergências (SADE) em algumas Unidades da PMPR	Realizar estudo sobre a implementação do SADE em todos os municípios do Estado, apontando eventuais alternativas para a captação de recursos para custear os pacotes de dados. Definir como prioritária a resolução das ocorrências no local de atendimento, tornando exceção a necessidade de encaminhamento de detidos para as Unidades, Companhias e Destacamentos para a confecção de documentação.	Risco Crítico



ITEM	RISCO	PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	AValiação DO RISCO NA PERCEÇÃO DO GESTOR
43	Gastos excessivos com manutenção, descarte prematuro de viaturas e risco de mortes pela aquisição de veículos impróprios para o uso policial	Aprimorar os estudos realizados previamente à aquisição de viaturas policiais, atentando-se à especificidade do emprego dos veículos e ao fato de que os militares estaduais os utilizarão invariavelmente equipados com, pelo menos, colete balístico e cinto de guarnição. Incluir nos estudos a possibilidade de aquisição de veículos blindados, ainda que parcialmente. Definir Termos de referência especificando os veículos destinados aos diversos serviços policiais. Evitar a compra de oportunidade de veículos não preparados para o uso policial.	Risco Crítico
44	Risco de morte de policiais militares por impossibilidade de solicitar apoio via rádio quando em policiamento a pé ou em motocicletas	Adquirir rádios de alta qualidade e alcance, bem como realizar estudos sobre os meios necessários para aumento das áreas de cobertura da comunicação via rádio. Aprimorar as instruções na Instituição que versem sobre radiocomunicação e possibilitar aos militares estaduais que esses tenham condições de explorar integralmente os recursos disponíveis nos rádios HTs em uso na Polícia Militar. Ampliar a rede de cobertura de radiocomunicação existente no Estado, priorizando-se as faixas com maior área de "sombra".	Risco Crítico
45	Risco de morte de policiais e de envolvidos em ocorrências em razão da necessidade de encaminhamento para outros municípios	Realizar estudos voltados ao desenvolvimento de procedimentos que reduzam ou eliminem esses riscos, diminuindo ou extinguindo a necessidade de deslocamentos muito longos em virtude dessas ocorrências. Integrar as forças de segurança para definir, em conjunto, políticas interinstitucionais que auxiliem no enfrentamento a esses riscos.	Risco Crítico
46	Aumento dos casos de ansiedade, depressão e suicídio decorrente da falta de tratamento psicológico constante ou da substituição de profissionais, em razão das falhas verificadas no modelo de contrato adotado	Cultivar nos militares estaduais uma cultura de busca por auxílio psicológico desde a formação, disponibilizando um(a) programa/rede de atendimento técnico especializado e propor mecanismos para que essas redes conquistem a confiança do efetivo, o que aumenta a eficiência do programa. Aprimorar a regulação da atividade exercida pela rede de psicólogos no âmbito da Instituição em consonância com as normativas dos Conselhos Regional e Federal de Psicologia, com a devida previsão de reporte de irregularidades ou desvios por parte desses profissionais. Desenvolver estudos que indiquem sugestões de tratamentos indicados aos militares estaduais em virtude das atividades desenvolvidas.	Risco Crítico
47	Custos excessivos e falta de viaturas para o atendimento de emergências em razão do deslocamento para encaminhamento das ocorrências envolvendo crimes federais	Realizar estudos voltados ao desenvolvimento de procedimentos que reduzam ou eliminem esses riscos, diminuindo ou extinguindo a necessidade de deslocamentos muito longos em virtude dessas ocorrências. Integrar as ações da PMPR à Polícia Federal e buscar definir conjuntamente políticas interinstitucionais que auxiliem no enfrentamento a esses riscos.	Risco Crítico
48	Risco de resistência armada aumentado, com resultado morte, em razão da falta de arma longa para as equipes de radiopatrulha	Realizar estudos voltados à indicação dos potenciais desdobramentos, positivos e negativos, do uso de armas longas pelas equipes de RPA. Promover a capacitação integral do efetivo operacional da PMPR para o uso de armas portáteis. Viabilizar, a partir de eventual resultado de estudos que apontem à necessidade, a aquisição de novas armas portáteis e adequar as viaturas utilizadas pela RPA para o acondicionamento desse armamento.	Risco Crítico
49	Risco de lesão ou morte por falta de equipamentos de proteção individual ou pelo uso de equipamentos inadequados	Desenvolver, por meio de Comissões Interdisciplinares, estudos voltados à indicação de padrões mínimos de qualidade aceitáveis para os equipamentos a serem adquiridos institucionalmente. Direcionar recursos suficientes à aquisição de equipamentos táticos e de proteção individual adequados a toda a tropa, respeitadas as especialidades e especificidades da atuação de cada grupo. Garantir, por meio da aquisição institucional, a padronização dos equipamentos utilizados no âmbito da Corporação.	Risco Crítico



ITEM	RISCO	PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	AValiação DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
51	Demora no apoio e risco de morte aos policiais por dificuldades na localização das viaturas na área de atuação dos Batalhões em razão da falta de um sistema eficiente e sustentável de geolocalização	Realizar estudos voltados a indicar a viabilidade econômica de se contratar novamente os mesmos serviços de localização veicular ou apontar serviços análogos. Padronizar a aplicação do celular utilizado pelo SADE, a partir do sistema de geolocalização disponível no smartphone, estabelecendo critérios técnicos de uso e porte do aparelho, extraindo ao máximo sua capacidade de emissão de informações. Realizar estudo sobre a implementação do SADE em todos os municípios do Estado, apontando eventuais alternativas para a captação de recursos para custear os pacotes de dados. Realizar visitas técnicas em outras instituições cujas atividades exijam a possibilidade de informações de geolocalização de sua frota em tempo real e apontar a compatibilidade dos sistemas e/ou equipamentos com a realidade da Instituição.	Risco Crítico
54	Desestímulo à busca da graduação de sargento pela pouca diferença no valor do subsídio	Encaminhar ao Legislativo Anteprojeto de Lei que readeque os critérios à ascensão na carreira de Praças, com o oferecimento de cursos de formação e aperfeiçoamento - que devem ser tidos como requisitos às promoções - compatíveis com todas as funções orgânicas das graduações a serem assumidas, simultaneamente à proposta de adequação dos valores de subsídio dos graduados, valorizando a formação e as funções. Criar e fortalecer mecanismos institucionais que garantam a regularidade nos cursos de formação e aperfeiçoamento de praças. Retomar a valorização do papel do graduado na estrutura da PMPR. Encaminhar ao Legislativo Anteprojeto de Lei que adeque o subsídio dos graduados da Instituição às funções exercidas e formação exigida, estabelecendo escala crescente significativa, que valorize os graduados e incentive os subordinados a alcançarem essas graduações.	Risco Crítico
55	Enfraquecimento dos valores defendidos pela Instituição em razão do excesso de interferências externas nos assuntos internos, como transferências, promoções e alterações em propostas de anteprojetos de lei ou minutas de decreto	Apresentar propostas de alteração legislativa que fortaleçam a Instituição, definindo de forma inexorável critérios de movimentação de pessoal, ascensão na carreira, distribuição de materiais e equipamentos, dentre outras disposições, de modo a mitigar interferências externas. Criar mecanismos de fortalecimento de uma cultura técnica e legalista, que favoreça esses conceitos em detrimento da vontade política de um ou outro grupo, quando das tomadas de decisões nos planos estratégico, tático e operacional. Fiscalizar com mais rigor o envolvimento de militares estaduais com agentes políticos ou detentores de grande poder econômico para buscar algum tipo de favorecimento dentro da instituição que permeie a legalidade e os princípios que regem a Instituição.	Risco Crítico
56	Atraso ou não atendimento das atribuições da PMPR à população em razão da realização de escoltas e guarda de presos	Realizar os ajustes necessários junto ao DEPPEN e SESP para o adequado repasse das atribuições deste Departamento que hoje são exercidas pela PMPR. Indicar ao DEPPEN quais funções de atribuição de Polícia Penal são hoje exercidas pela Polícia Militar e gerir junto a esse órgão sobre as medidas necessárias à transição dessas atividades para execução integral por parte do Departamento de Polícia Penal.	Risco Crítico
57	Estresse causado pela insegurança em relação ao recebimento de vantagens pecuniárias devidas pelo Estado	Elaborar e encaminhar proposta de adequação salarial na carreira policial militar ao Governo do Estado. Investir na profissionalização dos militares estaduais, fomentando a cultura de uma formação inclinada à técnica e ao profissionalismo, incentivando um ambiente de aprendizagem contínuo após a formação, conferindo maior valor e visibilidade positiva à Corporação, atributos que potencializam a valorização da PMPR. Estabelecer/aprimorar comissões técnicas voltadas à garantia dos direitos dos militares estaduais.	Risco Crítico



ITEM	RISCO	PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	AValiação DO RISCO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR
58	Acúmulo de serviço dos policiais encarregados de Inquéritos e Sindicâncias decorrentes de denúncias infundadas feitas em audiências de custódia e desmotivação dos policiais acusados nestes procedimentos	Uniformizar o entendimento sobre as manifestações exaradas pela CO-GER. Promover ações interinstitucionais com membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal entre outros, com o escopo de expor fundamentos dos procedimentos adotados pela Polícia Militar, aproximando esses órgãos da realidade da Instituição. Fomentar o profissionalismo das ações policiais, desestimulando os desvios de conduta em ações e procedimentos.	Risco Crítico
60	Demora ou não atendimento das emergências por falta de efetivo na atividade-fim em razão da criação de Unidades sem a criação de vagas, contratação e formação anterior do efetivo	Apresentar proposta de alteração legislativa que fortaleça a Instituição e defina critérios técnicos, objetivos e claros acerca da formatação e alteração do Organograma Institucional, com objetivos voltados aos anseios Institucionais em detrimento de convicções pessoais e aspirações políticas, de modo a mitigar os problemas de gestão oriundos de interferências externas. Fiscalizar com mais rigor o envolvimento de militares estaduais com agentes políticos ou detentores de grande poder econômico para buscar, por meio de alterações estruturais na Corporação, algum tipo de favorecimento interno que permeie a legalidade e os princípios que regem a Instituição. Criar mecanismos de fortalecimento de uma cultura técnica e legalista, que favoreça esses conceitos em detrimento da vontade política de um ou outro grupo, quando das tomadas de decisões nos planos estratégico, tático e operacional.	Risco Crítico
61	Risco de danos ou demora no encaminhamento de veículos apreendidos ou envolvidos em acidentes por falta de empresas habilitadas pelo Detran ou DER para a prestação desse tipo de serviço, conforme determina a legislação	Elaborar documentação dirigida às autoridades com competência para análise, indicando os órgãos responsáveis pela remoção de veículos apreendidos ou envolvidos em acidentes, nos termos legais e normativos, solicitando-se gestões necessárias para que se dê efetividade a tais disposições. Fornecer treinamento adequado aos militares estaduais que operam guinchos na Instituição.	Risco Crítico
62	Risco de furtos e roubos de peças ou de veículos e de propagação de doenças nos pátios de veículos apreendidos existentes nas Unidades	Realizar estudos para apontar a viabilidade ou não de terceirização dos serviços de armazenamento e guarda de veículos apreendidos em decorrência de irregularidades de trânsito. Adequar as instalações dos locais em que hoje funcionam os pátios, de modo a dificultar o cometimento de furtos dentro desses locais. Apurar os casos de furtos ocorridos dentro dessas instalações, com o intuito de identificar e punir os responsáveis. Elaborar documentação dirigida às autoridades com competência para análise e indicar os órgãos responsáveis pelo armazenamento e guarda desses veículos, nos termos legais e normativos, solicitando-se gestões necessárias para que se dê efetividade a tais disposições.	Risco Crítico



## **MONITORAMENTO, ATUALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO**

As estratégias de monitoramento, atualização e avaliação objetivam acompanhar as ações de mitigação recomendadas neste Plano de Integridade e aprovadas pela Alta Administração, visando à avaliação dos resultados alcançados pelo Programa. Nesse escopo envolve a concepção, implementação e monitoramento de políticas, procedimentos, recursos e práticas em torno do respeito à moralidade e à eficiência administrativa pelo Estado do Paraná, de seus servidores, colaboradores e agentes, bem como de terceiros que possuam relação direta e indireta com o Estado.

O monitoramento das ações de mitigação de riscos envolve a verificação contínua do funcionamento da implementação e dos resultados das medidas mitigadoras. Os riscos identificados serão monitorados a cada ciclo de avaliação da estratégia organizacional pelo Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS), em conjunto com o gestor da Autarquia, que consistirá na atualização da análise e avaliação do risco, assim como do estágio de execução das medidas de tratamento do risco e dos resultados dessas medidas.

Para o bom andamento dos trabalhos, o Núcleo de Integridade e Compliance Setorial deverá reunir-se periodicamente, para revisar as ações pendentes e pertinentes ao Plano de Integridade, às dificuldades encontradas e ao andamento do Plano de Ação estruturado conforme os riscos trabalhados. Essa reunião deverá ser documentada mediante ata e Relatório de Monitoramento do Programa de Integridade, que deverão ser enviados à Coordenadoria de Integridade e Compliance da Controladoria-Geral do Estado pelo e-mail [compliance@cge.pr.gov.br](mailto:compliance@cge.pr.gov.br).

Por fim, a supervisão das atividades do Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS) de cada órgão será exercida pela Coordenadoria de Integridade e Compliance da Controladoria-Geral do Estado (CGE). O Plano de Integridade proposto deverá ser cumprido no período de 12 meses, contados da data da aprovação do plano.



# INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

## COMITÊ DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE DO ESTADO DO PARANÁ

Para garantir a efetividade das ações de compliance, bem como garantir adequada linha de reporte, cria o Comitê de Integridade e Compliance do Estado do Paraná, que será composto por autoridades do Governo do Estado do Paraná. (Art. 9.o da Lei nº 19.857/2019)

O Programa de Integridade e Compliance **traz a Integridade como fundamento da Governança Pública**, assim, o Comitê de Integridade e Compliance do Estado do Paraná tem como objetivo **garantir a efetividade das ações do Governo, por meio da deliberação de questões relacionadas à integridade levadas até o Comitê por meio da linha padrão de reporte.**

O Comitê de Integridade e Compliance será composto pelas seguintes autoridades:

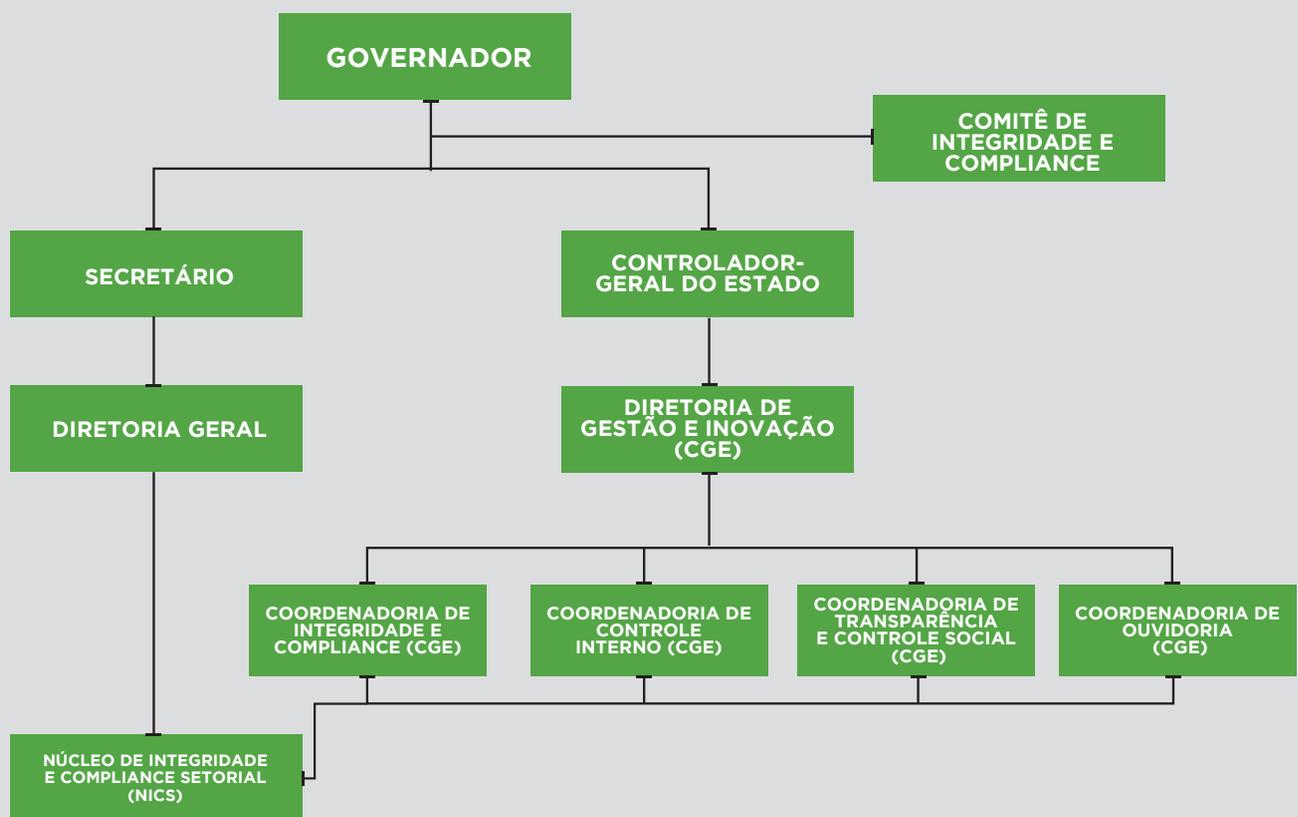
- I - Governador do Estado;**
- II - Chefe da Casa Civil;**
- III - Controlador-Geral do Estado;**
- IV - Procurador-Geral do Estado;**
- V - Secretário de Estado da Segurança Pública;**
- VI - Secretário de Estado da Fazenda;**
- VII - Secretário de Estado da Administração e da Previdência**

Em caráter extraordinário, **poderão participar das reuniões do Comitê outras autoridades estaduais não listadas acima.**

**O Comitê será órgão máximo de decisão em assuntos de integridade e compliance.** Dentre suas funções, destacam-se as competências para aprovar, monitorar, avaliar e aprimorar o Programa de Integridade e Compliance e demonstrar comprometimento com suas ações.



# **COMITÊ DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE**





# CANAIS DE COMUNICAÇÃO

## COORDENADORIA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE / CGE

**(41) 3883-4032**

Rua Mateus Leme, 2018 – Curitiba/PR  
compliance@cge.pr.gov.br | www.cge.pr.gov.br

## COMPOSIÇÃO DO NICS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Maj. QOPM Luiz Carlos Lemos Junior  
Agente de Compliance  
**(41) 3304-4640**  
lemosjr@pm.pr.gov.br

Cap. QOPM Ricardo Diniz Bolwerk Lima  
Agente de Controle Interno  
**(41) 3304-4910**  
ricardo.lima@pm.pr.gov.br

Débora Ferreira  
Agente de Transparência e Ouvidoria  
**(41) 3304-4640**  
deboraf@pm.pr.gov.br

## CANAIS DE DENÚNCIA - OUVIDORIA

MEIO	LOCAL DE ACESSO	HORÁRIO DE ATENDIMENTO
Carta	Rua Mateus Leme, 2018 – Centro Cívico, Curitiba – PR, 80530-010	Intermediado pelos correios
Pessoalmente	Sede da Controladoria Geral do Estado / CGE	Segunda à sexta das 8h30 às 18h
E-mail	ouvidoria@cge.pr.gov.br	24h
Telefone	0800-411113	Segunda à sexta das 8h30 às 18h
WhatsApp	(41) 3883-4014	Segunda à sexta das 8h30 às 18h
Sistema de Ouvidoria do Estado do Paraná	<a href="http://www.cge.pr.gov.br/Pagina/Registre-sua-Rei-vindicacao">http://www.cge.pr.gov.br/ Pagina/Registre-sua-Rei- vindicacao</a>	24h



# DIRECIONAMENTO DE DÚVIDAS

ASSUNTO (OBJETO)	CANAL DISPONÍVEL	RESPONSÁVEL
Dúvida ou consulta relacionada à conduta ética de servidor	Núcleo de Integridade e Compliance <a href="mailto:compliance@cge.pr.gov.br">compliance@cge.pr.gov.br</a>	NIC Coord. Integridade e Compliance
Apresentar denúncia ou representação de infração ao Código de Conduta Ética	<a href="mailto:compliance@cge.pr.gov.br">compliance@cge.pr.gov.br</a> <a href="http://www.sigo.pr.gov.br/cidadao/123">http://www.sigo.pr.gov.br/cidadao/123</a>	Coord. Integridade e Compliance Coord. Ouvidoria
Apresentar pedido de autorização ou consulta sobre a existência de conflito de interesses entre as atribuições do cargo e atividade privada que deseje desempenhar	Núcleo de Integridade e Compliance <a href="mailto:compliance@cge.pr.gov.br">compliance@cge.pr.gov.br</a>	NIC Coord. Integridade e Compliance
Apresentar denúncia, sugestão, elogio, reclamação ou solicitação de providência	<a href="http://www.sigo.pr.gov.br/cidadao/123">http://www.sigo.pr.gov.br/cidadao/123</a>	Coord. Ouvidoria
Apresentar requerimentos de acesso a informações	<a href="http://www.sigo.pr.gov.br/cidadao/123">http://www.sigo.pr.gov.br/cidadao/123</a>	Coord. Ouvidoria Coord. Transparência



# TERMO DE RECEBIMENTO

## TERMO DE RECEBIMENTO

Eu, **Cel. QOPM Jefferson Silva, Comandante-Geral**, tendo recebido o **PLANO DE INTEGRIDADE** da Polícia Militar do Paraná, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e estando ciente da minha responsabilidade de executar as ações necessárias visando mitigar os riscos elencados no referido Plano em cumprimento ao que dispõe o Art. 6º da Lei 19.857/2019:

Declaro, ainda, ter ciência de que estou recebendo o Plano em sua integralidade e que as informações sigilosas deverão ser classificadas conforme dispõe o art. 23 da Lei Estadual nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

Após a aprovação do Plano, exarada mediante termo próprio, deverá ser divulgado internamente a todos os servidores desta Secretaria, em cumprimento ao que dispõe o Art. 6º da Lei Estadual nº 19.857/2019.

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

**Cel. QOPM Jefferson Silva**  
COMANDANTE-GERAL DA PMPR.



# TERMO DE APROVAÇÃO

## TERMO DE APROVAÇÃO

Eu, **Cel. QOPM Jefferson Silva, Comandante-Geral**, tendo recebido o **PLANO DE INTEGRIDADE** da Polícia Militar do Paraná, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e estando ciente da minha responsabilidade de executar as ações necessárias visando mitigar os riscos elencados no referido Plano em cumprimento ao que dispõe o Art. 6º da Lei Estadual nº 19.857/2019:

**Aprovo o Plano de Integridade em sua totalidade.**

**Aprovo o Plano de Integridade com ressalvas, conforme justificativa abaixo.**

---

---

---

---

**Não aprovo o Plano de Integridade, conforme justificativo abaixo.**

---

---

---

---

---

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**Cel. QOPM Jefferson Silva**  
COMANDANTE-GERAL DA PMPR.



RUA MATEUS LEME, Nº 2018  
CENTRO CÍVICO | CURITIBA/PR  
CEP 80530-010 | 41 3883-4000  
[WWW.CGE.PR.GOV.BR](http://WWW.CGE.PR.GOV.BR)